

EDITORIAL

Primeira Pandemia de Influenza do Século XXI

*H*á alguns anos, tendo por base indicações tecnicamente fundamentadas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) vinha alertando para o risco iminente de haver uma nova pandemia de gripe, já que seu agente etiológico, o vírus influenza, tem elevada plasticidade, sofre mutação e reaparece de modo cíclico.

Na segunda quinzena de abril de 2009 a OMS veio a público declarar a existência de uma emergência de saúde pública de importância internacional, relacionada à possibilidade de se concretizar a temida pandemia. Após alguns meses de elevada expectativa e apreensão, assistimos em 11 de junho do mesmo ano a declaração formal da OMS de que o mundo vive a primeira epidemia de influenza do Século XXI, cujo agente etiológico é o hoje denominado vírus Influenza A (H1N1), uma cepa completamente nova e que ainda não havia circulado na espécie humana. Esta é a primeira epidemia de gripe do presente milênio e a quarta em menos de um século, já que ocorreram outras em 1918, 1957 e 1968.

A declaração de pandemia ocorre quando fica constatado que está ocorrendo disseminação da gripe entre seres humanos, em nível comunitário e em diferentes regiões do globo e se considera que a continuidade da disseminação é inevitável. Em 24 de junho o total de casos no mundo aproximava-se de 60 mil, já no Brasil havia 399 casos confirmados.

Vale salientar que, no Brasil, desde 2005 foi formulado o Plano de Preparação Brasileiro para o Enfrentamento de uma Pandemia de Influenza. No mesmo dia em que a OMS declarou a existência de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o Ministério da Saúde criou o Gabinete Permanente em Emergência de Saúde Pública, vem monitorando a situação e indicando as medidas mais adequadas ao país. A despeito dessas medidas que estão de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional e dos esforços da OMS, de vários países e do Brasil, este último agilizando esforços para adequar seu Plano de Enfrentamento às características do A(H1N1), cabem algumas considerações críticas.

É necessário um maior esforço das autoridades internacionais e nacionais com vistas a fornecer informações consistentes para a população. Sobre isso, veja-se a apressada denominação de gripe suína e o sensacionalismo com que a nova epidemia foi tratada nos meios de comunicação nos primeiros dias em que se tornou pública. Posteriormente a imprensa minimizou a cobertura do número de casos, que vinham aumentando no mundo e no Brasil, tão logo a letalidade mostrou-se menor do que aparentava inicialmente, confirmando o caráter sensacionalista a que nos referimos.

Tendo tomado medidas públicas e alertado as autoridades sanitárias internacionais, o México foi penalizado como o grande emissor e como território de origem do novo vírus, sendo que ele teria sido identificado anteriormente nos Estados Unidos. A pandemia já era realidade antes de seu anúncio formal, até porque os países que informam o maior número de casos são os que tem sistemas de vigilância mais estruturados, subtendendo-se que naqueles onde o monitoramento não é eficaz, há subnotificação de casos e a gripe se espalha sem vir a público.

Sendo assim, cabe cuidar dos impactos que a pandemia trará no cenário dos diversos países. Medidas de vigilância, de controle e de proteção pessoal são essenciais e estão em processo. Há alguns antivirais que são eficazes no

tratamento da nova gripe. Entretanto, a vacinação em grande escala é que possibilitará o controle do processo de modo ágil ou só tardiamente. Tem sido veiculado na imprensa que o laboratório suíço que está em fase avançada na produção da vacina, com expectativa de lançá-la em escala comercial em outubro de 2009, tem informado que alguns países já têm contratos milionários de reserva para grande volume, podendo haver demora de atendimento àqueles que não se anteciparam com tais medidas ou o não atendimento à população de países que não dispõem de reservas para compra. Delineia-se, portanto, para numerosos seres humanos do mundo a possibilidade de não terem acesso ágil, oportuno e universal aos medicamentos disponíveis e à vacina específica para a nova gripe, se, para além das questões de mercado, a solidariedade humana não for convocada a um plano prioritário.

Maria de Nazaré de Oliveira Fraga
Membro do Conselho Editorial